

## Apresentação do dossiê

Jonas Alves da Silva Junior<sup>1</sup>  
Maria de Lourdes Ramos da Silva<sup>2</sup>  
Liliana Rodrigues<sup>3</sup>

Ainda que existam leis, tratados e resoluções que tentam garantir às pessoas encarceradas o mínimo de dignidade, com base nos preceitos dos Direitos Humanos, a realidade desse grupo específico de sujeitos permanece delineada pelo descaso, riscos e vicissitudes. As pessoas privadas de liberdade – quer sejam adolescentes ou adultas - está entre o segmento menos amparado por políticas públicas inclusivas e de qualidade, abarcando, nesse bojo, a área da Educação (VOLPI, 2015, 2001).

Na soma de impulsos necessários para transformar esse contexto – pesquisas (ARRUDA et al, 2013; ROSA et al, 2012; NICOLAU et al, 2012) apontam que jovens em privação de liberdade estão entre os/as mais vulneráveis à AIDS e outras IST (infecções sexualmente transmissíveis) – é preponderante a composição de um dilatado processo de reflexão entre todos os sujeitos envolvidos. Trata-se de uma tática que não pode ser concretizada sem a alteração da dialética dos trabalhos relacionados à educação e sexualidade dentro dos centros socioeducativos e dos presídios – práticas, via de regra, ainda silenciadas e marcadas por preconceitos, violências e discursos de intolerância e ódio.

Proporcionar um ambiente de qualidade para a educação e a ressocialização de pessoas em não conformidade com a lei não é somente propor uma nova chance, mas, em alguns casos, é oferecer a primeira oportunidade a sujeitos que, comumente, têm trajetórias de vida cercadas de dor, ausências e contrastes e que têm a violência como um *modus operandi* na/para a vida.

Faz-se necessário destacar que os homens ou as mulheres em restrição de liberdade não estão apartados de seus direitos. Tem, em qualquer situação, o direito de estudar, refletir,

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (FE/USP), e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) e da graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É líder do LEGESEX - Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (UFRRJ/CNPq). E-mail: [jonasjr@usp.br](mailto:jonasjr@usp.br)

<sup>2</sup> Professora Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Orientadora de dissertações de mestrado e teses de doutorado e autora de diversos livros e artigos publicados. Especialista junto ao Conselho Estadual de Educação de SP e junto a Comissão de avaliação do MEC. E-mail: [mlramos@usp.br](mailto:mlramos@usp.br)

<sup>3</sup> Investigadora Integrada do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). É Doutora em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e Mestre em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho. E-mail: [frodrigues.liliana@gmail.com](mailto:frodrigues.liliana@gmail.com)

transformar-se e recomeçar – referimo-nos ao conceito de Dignidade Humana Assim, é dever do Estado garantir a esse segmento uma educação de qualidade e possibilidades de reinserção no âmbito psicossocial. Se a sociedade e as instituições socioeducativas/prisionais não trabalharem na expectativa de transformação, esse sujeito, possivelmente, poderá não ter como encontrar recursos pessoais para tal mudança.

No afã de prosseguir no debate sobre essa questão, o objetivo deste Dossiê é tentar construir uma reflexão mais ampla e crítica sobre o papel e os serviços dessas instituições no que tange às questões de gênero e educação para a sexualidade em diferentes centros de privação de liberdade do Brasil.

A ideia é instigar uma discussão que não pode mais ser negligenciada. Pesquisas (VOLPI, 2015, 2001; ARAÚJO, 2016; ROMAN, 2009) evidenciam que existem relações sexuais, tráfico de drogas e violências em presídios e em unidades socioeducativas – essa gama de questões deve estar visivelmente colocada e assistida na estrutura e na capacidade operacional dessas unidades. Não se pode mais acatar a perspectiva – negligente e inconsequente – de que tais problemas não condizem com o cotidiano da maioria desses sujeitos. Reconhecê-los pode ser a primeira etapa para tentar enfrentá-los e resolvê-los.

No país, as instituições socioeducativas ainda encaram sérios obstáculos na implantação de projetos pedagógicos no que se refere a gênero e sexualidades. Neste domínio, o artigo *Navegar nas águas da socioeducação: um aprofundamento sobre gênero, sexualidades e masculinidades*, de Sandra Regina de Oliveira Faustino, a partir de uma perspectiva de formação e reflexão que supere a visão unicamente biológica, aponta que as ações existentes ainda são bem mais embrionárias: a maioria é fruto do trabalho dos/as próprios/as socioeducadores/as das instituições responsáveis pelo cumprimento das medidas socioeducativas. De acordo com Roman (2009), são poucas as unidades que concatenam uma articulação consistente entre educação, saúde, esporte e cultura. Sobre isso, o artigo de Aline Fonseca Barros *Gênero, sexualidades e corporeidades: reflexões dentro das unidades socioeducativas do Rio de Janeiro* sinaliza que o que acontece na socioeducação, normalmente, são apenas ações pontuais e circunscritas. Por isso, há muitos casos em que as questões atinentes a gênero e sexualidades simplesmente não fazem parte do projeto educativo da instituição – num claro silenciamento frente aos intercursos sexuais, praticado de forma clandestina, e aos casos de homo/transfobia que ocorrem no cotidiano das unidades masculinas, onde tanto a pesquisa da Sandra Regina de Oliveira Faustino como o da Aline Fonseca Barros foram realizadas.

O posicionamento mais comum nesse debate é o de que os/as adolescentes seriam imaturos/as para o exercício da sexualidade e sem condições, ambiente e oportunidades para a

prática de relações sexuais. Ademais, todas as unidades socioeducativas do país são exclusivas para jovens do mesmo sexo/gênero. Tal fato, numa perspectiva limitada e heteronormativa, restringiria “eventuais” relações afetivo-sexuais entre os/as jovens.

Certamente, esta é uma forma de escamotear o problema. Na verdade, muitos adolescentes têm relações sexuais com os colegas da instituição, com namoradas/os, por conta das visitas e, também, com funcionários/as. Por se tratar de uma questão espinhosa, são poucos os dados que temos disponível acerca da prática sexual (consentida ou não) em unidades socioeducativas, sobretudo as masculinas. O artigo de Jimena de Garay Hernández, Patricia Castro de Oliveira e Silva e Luisa Bertrami D'Angelo intitulado *Educação em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: deslocamentos no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro* busca justamente analisar essa questão, ao desestabilizar práticas sexistas e discriminatórias consolidadas no cotidiano das unidades socioeducativas e, concomitante a isso, aventar possibilidades de que os direitos sexuais e reprodutivos sejam garantidos a jovens homens e mulheres privados/as de liberdade.

Os artigos deste Dossiê evidenciam como a vulgarização do sexo, os jogos de poder entre os/as internos/as e a restrição do exercício da sexualidade de jovens e adolescentes que estão em fase de plena efervescência hormonal e processo de construção identitária, promovem ambiente oportuno para a prática de relações sexuais, nem sempre consentidas.

Empenhado em analisar os efeitos do tratamento equivocado das instituições públicas, este Dossiê busca superar os próprios limites, descrevendo a partir de diversos vieses não somente sua importância enquanto estudo, mas também enquanto elemento norteador na dissolução dos males embrenhados na cartilagem social. Sem abusar do pessimismo, mas sendo honesto com nossas experiências, enquanto não houver crédito na mudança, estaremos estagnados produzindo, produzindo, produzindo, sem propósito algum. Nesse sentido, os 2 (dois) artigos seguintes da coletânea (*Leituras e narrativas de jovens numa unidade socioeducativa fluminense: experiências e saberes sobre gênero e sexualidades*, de Virginia Georg Schindhelm e Simone Barros; e *Projeto Despertar pela Leitura no Complexo Penitenciário de Florianópolis-SC: abordagens teóricas e metodológicas*, de Vanessa Goes Denardi, Fernanda Aparecida Róhden, Adailson Robalino Leal e Nikolly Domingos Ambrózio) buscam, com base em projetos de leitura, estabelecer diálogos com adolescentes e adultos/as encarcerados/as no sentido de escutá-los/as e tecer fios narrativos que ressignifiquem suas vidas. O texto de Schindhelm e Barros, trata de uma experiência pedagógica realizada em uma unidade socioeducativa masculina, com base em contação de histórias cujo objetivo foi despertar a curiosidade, mas também dúvidas e aprendizados entre os/as adolescentes acerca da construção subjetiva das relações de gênero e das

sexualidades. Já o artigo de Denardi et al foi realizado em um complexo penitenciário masculino e feminino e teve como finalidade, também com base na literatura, despertar o interesse dos/as internos pela leitura.

Por fim, o artigo *Etnografia de mulheres privadas de liberdade: a medicalização e o isolamento como formas de controle dos corpos*, de Sandra Maciel Almeida, traz à baila a solidão, o descaso e a docilização de corpos experienciados por mulheres adultas e adolescentes privadas de liberdade.

Há de se acreditar no outro como um elemento em constante aprendizado, condicionado àquilo que lhe foi oferecido, para que assim um próspero horizonte seja almejado. Se o avanço dos tempos nos tornou menos acreditados nas pessoas e nas suas capacidades, precisamos *agir* a ponto de recuperar a erudição, o afeto e o investimento no que se diferencia de nós pela classe, pela etnia, pela orientação sexual, pela identidade de gênero, pela orientação religiosa e pelo que mais houver.

Assim sendo, é vital que além de agir no sentido de cooperar para um posicionamento mais crítico e problematizador da população encarcerada no que remete aos seus direitos de ser e de estar em um vasto espectro da experiência humana; dito de outra forma, construindo possibilidades de existir onde e como se quiser. faz-se necessário que todos e todas que educam e colaboram para a qualidade da Educação também se notem imbuídos dessa empreitada, de repensar um novo começo, novas possibilidades de perceber e aprender com o outro, e de agir, politicamente, sem se restringir a crenças.

## Referências

- ARAÚJO, Emanuely; FERREIRA, Breno; CAETANO, Nadja Carolina. A visita íntima como prática educativa para adolescentes privados de liberdade. In: *Rev. Gest.Saúde* (Brasília) Vol.07, N°. 02, 2016, p. 742-757.
- ARRUDA, A. et al. Direito à saúde no sistema prisional: revisão integrativa. *Rev enferm UFPE* [online], Recife, 7(esp), nov., 2013, p. 6646-6654.
- NICOLAU, Ana Izabel et al. Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2012, vol.46, n.3, p.711-719.
- ROMAN, Marcelo D. *Psicologia e adolescência encarcerada*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.
- ROSA, Fernanda et al. Prevalência de anti-HCV em uma população privada de liberdade. *Rev. Assoc. Med. Bras.* [online]. 2012, vol.58, n.5, pp.557-560.
- VOLPI, Mário. *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Sem liberdade, sem direitos: A privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez, 2001.